

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Brasil planeja ganhar mercado na venda de petróleo para a Índia	2
Título: Setor de distribuição de energia atrai interesse de empresa indiana	4
Título: Criticada por subsídios ao açúcar, Índia elevará produção de etanol	5
Título: Geração eólica	6
Título: Futuro de Brumadinho ainda é incerto.....	6
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	9
Título: Apoio por assento na ONU	9
Título: Preço da gasolina cai nas refinarias	12
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	12
Título: Taxação' do sol e riscos regulatórios.....	12
Título: Um ano depois, Rio Paraopeba ainda não se recuperou da lama	14
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	16
Título: Um ano depois de Brumadinho, país tem barragens sem plano de emergência	16
VEÍCULO: O Globo	18
Título: Abertura dos 'postos'	18
Título: Paraopeba está mais poluído um ano após tragédia	19
Título: Opinião do Globo: Velha política	20

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 24/01/2020****Seção: Brasil****Autor: Assis Moreira****Título: Brasil planeja ganhar mercado na venda de petróleo para a Índia**

Chance de ocupar espaço deixado por Irã e Venezuela deve estar na agenda de Bolsonaro com indianos

Albuquerque: enquanto a Índia importa mais de 80% do que precisa de petróleo, o Brasil é exportador líquido do produto — Foto: Tomaz Silva/Agência Brasil

A possibilidade de o Brasil exportar mais petróleo para a Índia e ocupar uma parte do espaço deixado pelo Irã e Venezuela deverá estar na agenda do presidente Jair Bolsonaro com autoridades indianas, preveem fontes que acompanham as relações bilaterais. Bolsonaro chega nesta sexta-feira a Nova Déli num momento em que a Índia atravessa forte desaceleração de seu crescimento. A projeção do Fundo Monetário Internacional (FMI) é de que a economia indiana teve um crescimento de 4,8% em 2019, a menor taxa desde 2008.

Mas a estimativa de organizações internacionais e bancos é de que a Índia logo voltará a crescer mais. Entre 7% e 9%, como no passado recente, está fora do alcance no futuro próximo. No entanto, o PIB indiano deve avançar 5,8% em 2020 e 6,5% em 2021, nas estimativas do FMI. Com isso, o país continuará a ser a grande economia de crescimento mais acelerado no mundo.

Nesse cenário, as autoridades indianas dão grande ênfase à segurança energética. O país é um dos maiores importadores mundiais de petróleo. Compra no exterior 83% do que consome. Com sanções internacionais pesando cada vez sobre o Irã e a Venezuela, as importações indianas procedentes desses dois grandes fornecedores passaram a degingolar no segundo semestre de 2019. Por sua vez, um terço das exportações brasileiras de US\$ 2,7 bilhões no ano passado para a Índia foi de petróleo.

Indagado sobre esse potencial concreto de negócios, que vai na direção da segurança energética indiana, o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, afirmou: “Queremos vender. Não é ocupar espaço dos outros, mas vender mais, temos capacidade para isso e há espaço para [exportar para a Índia] muito mais”.

Ele observou que, enquanto a Índia importa mais de 80% de suas necessidades de petróleo, o Brasil se tornou exportador líquido da commodity. Conforme

economistas da ONU, a demanda global por energia continuará aumentando na próxima década.

O ministro indiano de Energia, R. K. Singh, ao participar de um seminário com Albuquerque, destacou o potencial bilateral na área energética e observou que o convite a Bolsonaro para participar do Dia da República, no domingo, é algo que só se faz a países amigos mais próximos. Autoridades dos dois países consideram que a relação bilateral não tem sido suficientemente explorada, mas pode deslançar a partir de agora, com ênfase em questões energéticas e agrícolas na atual visita.

No entanto, persiste prudência sobre o que pode aparecer como resultados. A proposta de ampliação do acordo de preferências tarifárias do Mercosul com a Índia, passando de 450 linhas tarifárias para 2 mil, é vista com reservas pela Confederação da Indústria Indiana.

Na área agrícola, a ministra Tereza Cristina veio acompanhada de uma forte delegação do setor de carnes de frango e suína. No ano passado, pela primeira vez o Brasil conseguiu exportar simbólicas 30 toneladas de frango para o mercado indiano. O que continua pesando é a tarifa de 100% sobre frango cortado, tornando a importação inviável, e de 30% sobre frango inteiro. A ministra defendeu que a Índia reduza suas alíquotas para a compra de carne de frango brasileira, durante encontro empresarial no país asiático.

A ministra confia, em todo caso, em cooperação para maior produção de etanol pela Índia, podendo ajudar na “commoditização” do produto no mercado internacional. Bolsonaro, antes de embarcar para o país, afirmou que defenderá o aumento das exportações brasileiras do combustível. Durante a visita, deverá ser atualizado um certificado sanitário para sêmen e embriões do gado leiteiro gir.

Em suas conversas com autoridades indianas, Bolsonaro poderá aprofundar eventualmente sobre medidas recentes tomadas pela Índia para estabilizar a economia. O governo Modi introduziu, por exemplo, uma redução importante do imposto sobre empresas de 35% para 25%, ou 17% para novos projetos industriais. Os bancos estatais estão sendo recapitalizados para seus empréstimos ajudarem no crescimento. Companhias estatais poderão ter mais de 50% do controle vendido para o setor privado.

Além disso, o governo lançou programa de investimento em infraestrutura de 1,3 trilhão até 2024, data das próximas eleições gerais no país. O setor energético receberá a maior fatia.

Data: 24/01/2020**Seção: Brasil****Autor: Assis Moreira****Título: Setor de distribuição de energia atrai interesse de empresa indiana**

Presidente da Sterlite diz que pode buscar oportunidades na privatização de companhias no Brasil

A empresa indiana de energia elétrica Sterlite, que se autodeclara como o maior investidor indiano no Brasil, sinalizou que poderá ir além do segmento de transmissão de energia no mercado brasileiro.

Ao **Valor** o presidente global da companhia, Pratik Agarwal, afirmou em Nova Déli que poderá aproveitar as privatizações que o governo fará, buscar sinergia e expandir também no segmento de distribuição de energia. A venda da Eletrobras e de suas subsidiárias está no radar do governo, que pretende privatizar o grupo ainda neste ano.

Segundo o executivo, o engajamento da companhia no Brasil até agora é estimado em US\$ 4 bilhões. A empresa já detém concessões para projetos de R\$ 7,7 bilhões e os outros US\$ 2 bilhões virão mais tarde.

Agarwal rasgou elogios ao Brasil, durante um seminário sobre energia com a presença dos ministros de energia do Brasil e da Índia. O presidente da Sterlite elogiou a regulação, transparência e outros aspectos de se fazer negócios no país.

Pouco antes, o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, tomou a palavra no evento para destacar dois leilões na área de energia elétrica que ocorrerão em 2020, previstos para assegurar o fornecimento para 2024 e 2026.

Por sua vez, o ministro de Energia da Índia, R K Singh, conclamou investidores brasileiros a investir no setor de energia do seu país, acenando com regime regulatório estável para facilitar a atração de capital.

Singh observou que a Índia é um dos países com mais rápido crescimento no consumo de energia no mundo.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 24/01/2020****Seção: Comércio****Autor: Assis Moreira**

Título: Criticada por subsídios ao açúcar, Índia elevará produção de etanol**Para ampliar produção, indianos precisam aumentar capacidade das usinas**

Produtores de açúcar da Índia vão direcionar um volume maior de cana para produzir etanol não por causa da denúncia do Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC) contra os subsídios indianos ao açúcar, e sim porque há demanda e o negócio é bom.

É o que diz o diretor-geral da Associação Indiana de Usinas de Açúcar (Isma, na sigla em inglês), Abinash Verma, em entrevista ao **Valor**. Ele prevê que, em três anos, os indianos estarão com mais produção de etanol também a partir de outras fontes, que não somente o de cana.

A Índia tem plano de misturar 10% de etanol na gasolina. Hoje, o percentual do biocombustível na mistura é de 5%. Segundo Verma, a produção de etanol é de 3,5 bilhões de litros, enquanto a demanda supera os 5 bilhões de litros por ano.

“O que falta é capacidade de produção, porque demanda tem”, reiterou ele. O executivo está engajado em conversas com o governo e o setor privado brasileiro para cooperação na produção de bicomcombustíveis. Um memorando de entendimento será assinado durante a visita do presidente Jair Bolsonaro neste fim de semana.

Eduardo Leão de Sousa, diretor-executivo da União da Indústria de cana-de-açúcar (Unica), observou em debate, em Nova Déli, que a Índia tem a ganhar tanto em relação ao meio ambiente como por razões econômicas com a produção de etanol. O dirigente mencionou que, em 2019, os produtores no Brasil embolsaram 19% mais com etanol do que com o açúcar exportado.

De seu lado, Verma insiste que não gosta de vincular a produção de etanol com a disputa na OMC, na qual o Brasil acusa a Índia de causar prejuízos de US\$ 3 bilhões aos exportadores, por causa dos subsídios.

Mas ele diz que, em todo caso, a produção de açúcar está caindo não apenas na Índia. Isso deve ocorrer, segundo Verma, por causa de ocorrência de seca em locais de maior produção. Mas ele nota que a oferta também está em baixa na União Europeia, Austrália e Tailândia, enquanto o Brasil utilizou mais a cana para fabricar etanol.

“O que é verdade é que nós não conseguimos exportar açúcar sem ajuda do governo”, admitiu. Para exportadores de outros países, os indianos dão subsídios ilegais à exportação. O confronto sobre o açúcar na OMC continua

sofrendo críticas na Índia e um grupo de pequenos produtores promete fazer protesto contra a presença de Bolsonaro no país.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/01/2020

Seção: Brasil

Autor:

Título: Geração eólica

Curta

O Brasil possui um potencial de geração de energia eólica offshore (alto-mar) de aproximadamente 700 gigawatts (GW), em locais com profundidade de até 50 metros, de acordo com estudo divulgado ontem pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Para efeito de comparação, esse potencial é mais de três vezes superior ao parque gerador atual do país, de 170 GW. O dado faz parte do “Roadmap Eólica Offshore Brasil”, um amplo levantamento feito pela estatal de estudos energéticos com relação ao potencial de construção de usinas eólicas offshore no país. De acordo com a EPE, o estudo, de 140 páginas, não tem como finalidade a proposição de uma política de incentivo para a fonte, mas estabelecer um ponto de partida para discussões sobre o tema. EPE também identificou os principais desafios e as respectivas ações destinadas a enfrentá-los, com o objetivo de diminuir riscos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/01/2020

Seção: Empresas

Autor: Rafael Rosas

Título: Futuro de Brumadinho ainda é incerto

Um ano depois de rompimento de barragem em Minas Gerais, cidade depende de recursos da Vale

“O futuro econômico de Brumadinho é uma incógnita”. A frase do superintendente de projetos da prefeitura do município mineiro, Edmar Pinto, resume não apenas os efeitos sociais e ambientais do rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão, da Vale, que completa um ano amanhã. Ela dá também a dimensão do impacto do desastre para o setor, fundamental para a economia do município.

“Não sabemos o que irá ocorrer nos próximos anos com relação as atividades minerárias da região, que é o grande gerador de receitas para o município”, completa Pinto.

Estudo da Fiemg estima queda de 1,20% no PIB de Minas Gerais no ano passado devido a efeitos do rompimento

O rompimento da barragem em Brumadinho deixou até o momento 259 mortos e onze desaparecidos. Um ano depois, 16 pessoas foram denunciadas por homicídio doloso pelo Ministério Público de Minas Gerais. Entre eles, onze funcionários da Vale, inclusive o ex-presidente Fabio Schvartsman, e cinco empregados da TÜV SÜD, empresa que fazia as fiscalizações e auditorias nas barragens da Vale. As duas empresas responderão por crime ambiental, enquanto as pessoas físicas também vão responder por homicídio. No dia da denúncia a Vale se disse perplexa com a acusação, enquanto a TÜV SÜD afirmou que as causas do rompimento ainda não foram esclarecidas. Já a defesa de Schvartsman considerou a denúncia “açodada e injusta”.

No mês passado, a Vale divulgou um vídeo com a explicação técnica de uma equipe contratada pela empresa para investigar as causas do rompimento. Os especialistas identificaram um fenômeno conhecido como “liquefação estática” de rejeitos. O termo é usado para descrever situações em que há uma perda súbita de resistência de solos fofos, como a areia, provocando deslizamentos motivados por algum distúrbio. Dada as condições da estrutura da Vale, a ruptura foi estimulada por dois gatilhos: a perda de sucção dos rejeitos acumulados e o efeito “creep”, uma espécie de lenta deformação de materiais sob carga constante.

Em termos de regulação, as barragens da montante, do mesmo tipo das que romperam em Brumadinho e, três anos antes, em Mariana (MG), foram proibidas. A Vale, que ainda tinha nove barragens a montante em suas operações, trabalha para descaracterizar todas elas, esvaziando e devolvendo todas à natureza.

Mas além dos impactos da tragédia em uma cidade de pouco mais de 40 mil habitantes, a Prefeitura de Brumadinho demonstra preocupação principalmente com o médio e longo prazos. Pinto ressalta que, num primeiro momento houve um impacto positivo na cidade, fruto das ações de recuperação das áreas atingidas e do apoio financeiro dado pela Vale aos afetados. “Mas temos a consciência que este aumento de atividade econômica é temporário”, diz. “Por isso temos grande preocupação com o futuro econômico de Brumadinho a médio e longo prazo.”

Até o momento, entre outras ações, a Vale desembolsou R\$ 2,8 bilhões em indenizações e auxílios emergenciais, pagando 106 mil auxílios emergenciais mensais, além de ter celebrado 4.500 indenizações individuais e trabalhistas. No balanço da companhia, R\$ 24,1 bilhões foram provisionados para ações de reparação. Além disso, criou a diretoria-executiva de Segurança e Excelência

Operacional, que reporta diretamente ao presidente. Ainda há bloqueios judiciais de R\$ 7,5 bilhões da empresa.

Para o presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), Flávio Roscoe, essas ações de mitigação e reparação evitaram um prejuízo maior para a economia de Minas Gerais. Ainda assim, ele ressalta que o efeito negativo estimado do rompimento da barragem no PIB do Estado em 2019 foi de cerca de 3 pontos percentuais. Se antes do rompimento a expectativa era de um crescimento da economia mineira na casa dos 2%, agora a Fiemg estima que no ano passado houve retrocesso de 1,2% no PIB estadual. Só a atividade industrial, segundo estimativas da Federação, caiu 6% em 2019, puxada por um recuo de 24% no setor extrativo.

“Conseguimos reduzir a queda na mineração e mitigar alguns efeitos para não paralisar o setor produtivo a jusante”, pondera. “Mas o impacto do rompimento na economia pode ser medido pela estimativa de queda do PIB. Isso a despeito da expectativa de crescimento no ano de 2,35% da indústria de transformação no Estado”, acrescenta.

O presidente do conselho diretor do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), Wilson Brumer, destaca que, além do efeito sobre a economia, o rompimento em Brumadinho “colocou em xeque” o nível de segurança de todas as barragens de rejeitos no Brasil. “Entendemos que a capacidade de fiscalizar da Agência Nacional de Mineração deve ser fortalecida”, diz Brumer. Segundo ele, em todo o setor as empresas foram obrigadas a rever as operações com barragens.

Os efeitos ambientais da tragédia se mostram persistentes. A Fundação SOS Mata Atlântica divulgou relatório sobre coleta feita entre os dias 8 e 17 de janeiro no rio Paraopeba, o mais atingido pela lama de rejeitos liberada quando a barragem se rompeu. A Fundação passou por 21 cidades entre Brumadinho e Felixlândia e constataram que, dos 23 pontos analisados, nenhum apresentou qualidade boa ou ótima. Em nove pontos a qualidade foi considerada péssima, em onze ruim e em um foi regular. Em dois pontos não houve condições de acesso ao rio.

O resultado representa pequena melhora em relação a 2019, quando, dos 22 pontos, dez foram considerados ruins e 12, péssimos.

A Vale ressaltou que vem trabalhando na recuperação ambiental do rio Paraopeba e seu entorno. “Seus esforços estão focados tanto na contenção dos rejeitos, quanto no tratamento da água, já tendo tratado e devolvido 5,5 bilhões de litros de água ao curso do rio, por meio de duas estações de tratamento”, informa a companhia, em nota, acrescentando que “os resultados das análises

de água não apontam, até o momento, efeitos tóxicos devido a presença de rejeito no rio”.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	24/01/2020
Seção:	Empresas
Autor:	
Título:	

Curtas

Investimento da CEEE

A companhia elétrica riograndense CEEE, que integra o programa de privatizações do Estado, divulgou plano de investimentos para o período 2020-2024. No total, estão previstos aportes de R\$ 3,185 bilhões, divididos em R\$ 1,087 bilhão na empresa de Distribuição (CEEE-D) e R\$ 2,098 bilhões no braço de Geração e Transmissão (CEEE-GT). A estatal é peça importante do programa gaúcho de privatizações, estruturado para ajudar no reequilíbrio das contas públicas. A privatização da CEEE já foi aprovada pela Assembleia Legislativa e está em fase de modelagem pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Uma nova Eletrobras

Enquanto o governo aguarda a tramitação no Congresso do projeto de lei relativo à capitalização e privatização da Eletrobras, a estatal abriu licitação para contratar consultoria especializada para propor novo modelo de estrutura organizacional do grupo. De acordo com o edital, o serviço envolve a análise e o diagnóstico da estrutura organizacional atual da Eletrobras e de suas empresas controladas (Eletronorte, CGT Eletrosul, Eletronuclear, Chesf, Furnas, Amazonas GT) com vistas à proposição de novo modelo de estrutura organizacional, “buscando a racionalização de estruturas e processos que levem a ganhos operacionais em termos de eficiência e eficácia, devendo ser consideradas as práticas de mercado, eventuais particularidades das empresas e possibilidade de aprimoramentos das estruturas atuais”.

VEÍCULO:	Correio Braziliense
Data:	24/01/2020
Seção:	Política
Autor:	Rozana Hessel
Título:	Apoio por assento na ONU

Nova Delhi — A expectativa dos organizadores da visita do presidente Jair Bolsonaro à Índia, a primeira de Estado de um mandatário brasileiro ao país asiático desde 2004, é de assinarem de 10 a 12 acordos que estão sendo costurados pelos técnicos das duas nações.

Um dos anúncios, conforme a secretária para o Ocidente do Ministério das Relações Exteriores da Índia, Vijay Thakur Singh, será o apoio indiano para a candidatura do Brasil a um assento não permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). “Estamos trabalhando em conjunto sobre como avançar na agenda das Nações Unidas e, neste ano, o Brasil tem o nosso apoio como candidato para 2022-2023 a membro não permanente do Conselho de Segurança”, ressaltou.

O Conselho de Segurança da ONU é composto por 15 membros, sendo cinco permanentes, com poder de veto. São eles, Estados Unidos, França, Reino Unido, Rússia e China. Nos governos petistas, o Brasil tentou, sem sucesso, tornar-se membro permanente. E não tem demonstrado o mesmo empenho atualmente para essa candidatura. Contudo, fontes do Itamaraty informam que o país não desistiu do pleito.

Brasil e Índia são membros do G4, aliança firmada em 2005 com Alemanha e Japão, tendo como objetivo apoiar as propostas uns dos outros para ingressar em lugares permanentes. A campanha para obter um assento rotativo no grupo começa dois anos antes. E, para garantir uma vaga, é preciso ter apoio dos países vizinhos da América Latina e de dois terços dos votos dos países-membros da ONU. A próxima eleição ocorrerá em 2021 para o biênio 2022-2023. A última vez que o Brasil ocupou essa cadeira foi no biênio 2010-2011, mas a atual candidatura não é um mérito deste governo, porque ela foi costurada durante a gestão do presidente Michel Temer. Com isso, o país antecipou o seu retorno para o colegiado em mais de 10 anos.

A secretária informou que os investimentos da Índia no Brasil somam US\$ 6 bilhões, enquanto os brasileiros em território indiano são de US\$ 1 bilhão. “Os dois países possuem complementaridades e sinergias que podem ser ampliadas. Acreditamos que o potencial de investimentos é muito maior”, destacou.

Vijay Thakur Singh informou que vários acordos estão sendo costurados em diferentes áreas, mas uma em que a Índia tem mais interesse de aumentar a parceria é na de energia. “O Brasil é um país rico em recursos naturais e líder na produção de etanol. Vamos buscar ampliar a colaboração nos setores de óleo e

gás e no programa de energia renovável”, explicou. “O programa brasileiro traz a possibilidade de misturar etanol com gasolina, e pretendemos fazer um intercâmbio dessa tecnologia.”

Roteiro

Os compromissos oficiais de Bolsonaro estão previstos para amanhã, incluindo visita ao Memorial Mahatma Gandhi e uma declaração conjunta com o primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi, na Hyderabad House, local em que o governo recebe autoridades estrangeiras e realiza banquetes.

No domingo, Bolsonaro participa das celebrações do Dia da República indiana como convidado de honra e, na segunda-feira, de um seminário empresarial Brasil-Índia. À tarde, pegará um voo para Agra, onde fará uma visita ao palácio Taj Mahal, um dos principais cartões-postais do país.

Agricultura

O setor agrícola também deve ter destaque na visita do presidente. A ministra Tereza Cristina está com a agenda cheia. Na quarta-feira, se encontrou com a ministra de Indústria e Processamento de Alimentos da Índia, Harsimrat Kaur Badal, e com o ministro de Pesca, Pecuária e Lácteos, Giriraj Singh. O tema foram as oportunidades de investimentos de empresas brasileiras no setor de processamento de alimentos do país asiático.

Os indianos buscam recursos externos para cadeias de frios e redes de varejo, máquinas e equipamentos para indústria de alimentos, além de cooperação tecnológica. Já o Brasil demonstrou interesse em ampliar a participação no setor de carne de frango, e a Índia, em sucos concentrados, informou a assessoria do ministério brasileiro. Ontem, a ministra participou de encontro bilateral sobre oportunidades nas áreas de energia e de mineração.

Comitiva

De acordo com a Secretaria de Comunicação do Palácio do Planalto, integram a comitiva de Bolsonaro seis ministros: Ernesto Araújo (Relações Exteriores), Tereza Cristina (Agricultura), Marcos Pontes (Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações), Augusto Heleno (Gabinete de Segurança Institucional), Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo) e Bento Albuquerque (Minas e Energia). Também viajaram o presidente da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães; o

secretário especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais da pasta, Marcos Troyjo, e parlamentares, incluindo o deputado federal Eduardo Bolsonaro.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 24/01/2020

Seção: Economia

Autor:

Título: Preço da gasolina cai nas refinarias

A Petrobras reduziu os preços da gasolina em 1,5%, em média, nas suas refinarias. A queda do óleo diesel foi de 4,1%. Já o diesel marítimo ficou 4,3% mais barato, informou a estatal por meio da assessoria de imprensa. O preço do diesel S500 para as termelétricas foi reduzido em 4,5% e o S10, em 4,2%. As mudanças valem a partir de hoje. Os preços dos combustíveis vêm sendo um dos principais itens de pressão nos indicadores de inflação. A alta vinha também estimulando empresas do setor a importar o produto. Com a redução no preço cobrado nas refinarias, porém, a estatal acabou com qualquer oportunidade de importação por terceiros, segundo o presidente da Associação Brasileira de Importadores de Combustíveis (Abicom), Sérgio Araújo.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 24/01/2020

Seção: Espaço Aberto

Autor: Mailson da Nóbrega

Título: Taxação' do sol e riscos regulatórios

Nos últimos dias, o setor elétrico brasileiro viveu enorme confusão, decorrente da criação de um fantasma: a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) estaria sugerindo a "taxação do sol". O presidente Jair Bolsonaro embarcou na onda, desprezando a assessoria dos órgãos técnicos do governo.

Ao que consta, não está sob exame a elevação de tributos sobre a energia elétrica - ICMS, PIS ou Cofins. De concreto, existe um estudo para rever subsídios cruzados que caracterizam o Setor Elétrico Brasileiro (SEB). O objetivo é eliminar, em dez anos, os benefícios em favor de produtores/consumidores de energia fotovoltaica, os prosumidores.

O subsídio foi instituído pela Resolução Normativa (REN) n.º 482, de 17/4/2012, da Aneel. De acordo com a norma, os prosumidores poderiam fazer o intercâmbio de energia com a distribuidora local, com isenção dos custos de distribuição. A medida fazia sentido, pois se estimulava a produção de energia fotovoltaica e se justificava diante dos altos custos dos painéis solares. A REN 482 previu que a revisão da regra seria feita até o final de 2019.

As diferentes propostas da Aneel foram examinadas pelo Ministério da Economia, abrangendo também experiências de outros países. Políticas de incentivo à geração fotovoltaica foram revistas em todos os 12 casos analisados. E os benefícios foram revistos substancialmente ou extintos.

“Os prosumidores usam a rede de distribuição quando injetam o excesso de geração na rede (durante períodos de elevada insolação) e quando consomem energia da rede nos momentos em que a geração é insuficiente (baixa insolação: período noturno e dias nublados ou chuvosos, por exemplo)”, assinalou o estudo.

Esse estudo informa que “o consumidor não tem clareza dos encargos embutidos em sua tarifa, o que é, em parte, consequência da complexa regulação do SEB. Ainda há o agravante de a maior parte dos encargos não ser revertida em benefícios para a maioria dos cidadãos, mas sim para grupos específicos”.

Concluiu-se que “não há razão para a Tarifa de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição (TUSD) ser cobrada de maneira diferente para os prosumidores em comparação com o que é cobrado dos demais consumidores”. Além disso, o subsídio beneficia consumidores de renda mais alta. Os custos da isenção são repartidos com os demais consumidores, incluídos os de baixa renda. O estudo respaldou o trabalho da Aneel, pelo qual, a partir de 2030, os atuais prosumidores seriam tratados como qualquer outro consumidor.

Mesmo informado do estudo, Bolsonaro afirmou que tem “todo o direito do mundo” de atuar para que a Aneel desista da ideia de eliminar benefícios para a energia solar. Para ele, as “agências são importantes, autônomas, mas não soberanas”.

Essa postura é preocupante. Primeiro, Bolsonaro demonstra que pode agir por impulso, sem se subordinar a filtros institucionais que costumam ser estabelecidos em todas as nações sérias com o objetivo de evitar decisões tomadas ao calor de cada momento, sem o conhecimento adequado do assunto.

Em segundo lugar, a atitude acarreta incertezas nos investidores que apostaram nas oportunidades do setor elétrico, no qual investiram vultosos recursos, confiando na autonomia operacional da Aneel. Em terceiro, desmoraliza os

órgãos técnicos do Ministério da Economia, que realizaram impecável exame da matéria.

Parece ter chegado a oportunidade de rever o complexo processo de subsídios cruzados do setor elétrico. O Ministério da Economia informou que há, dentre outros, subsídios para fontes incentivadas, atividades de irrigação e aquicultura, famílias de baixa renda, cooperativas de eletrificação rural, produtores rurais, prestadores de serviço de água, de esgoto e de saneamento, usinas termoelétricas movidas a carvão mineral nacional e custos da geração termoelétrica a partir de combustíveis fósseis. É um cipoal difícil de entender.

Tudo isso é realizado sem nenhuma transparência. A sociedade não tem acesso às informações. A flexibilidade permite ações populistas, pois não é preciso autorização do Congresso Nacional para criar os subsídios. Essa autorização é a praxe em qualquer regime fiscal civilizado.

Basta uma ordem do presidente para criar novos benefícios. Foi o caso do programa Luz Para Todos, pelo presidente Lula. O presidente Bolsonaro determinou o estudo de subsídios para templos religiosos, ideia sem sentido, da qual, felizmente, desistiu.

Mesmo que justificáveis, subsídios devem ser concedidos via dotações específicas no Orçamento da União. E é necessário, ademais, que sejam submetidos a periódica avaliação. A propósito, os custos dos painéis solares caíram 75% nos últimos anos, indicando a necessidade de examinar, como fez a Aneel, a manutenção ou a eliminação de subsídios cruzados e de certa forma ocultos, criados há quase dez anos.

Rever subsídios cruzados do setor elétrico e a forma de concedê-los é um imperativo da transparência.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 24/01/2020

Seção: Metrópole

Autor:

Título: Um ano depois, Rio Paraopeba ainda não se recuperou da lama

Um ano após o rompimento da barragem de rejeito de minério de ferro da Vale, em Brumadinho (MG), o Rio Paraopeba, atingido pela onda de lama, ainda não se recuperou. Com a “morte” decretada depois de ter recebido a enxurrada de rejeitos, o rio não foi capaz de depurar os contaminantes ao longo do ano. A água continua imprópria e sem condições de uso em toda a sua extensão abaixo de

Brumadinho e a expectativa é que o problema ainda leve muitos anos para se resolver.

Essas são as principais conclusões de uma análise feita por pesquisadores da Fundação SOS Mata Atlântica, que refez, entre os dias 8 e 17 deste mês, a mesma expedição que tinha sido feita no ano passado, uma semana após a tragédia.

Na ocasião, uma parte do trabalho foi acompanhada pelo Estado. A reportagem testemunhou o tempo todo uma imagem marrom-avermelhada, densa, que em nada se parecia com um rio que pudesse suportar alguma vida.

A equipe do SOS Mata Atlântica voltou a presenciar cenário muito parecido, principalmente no Baixo Paraopeba. Os pesquisadores percorreram cerca de 2 mil quilômetros por estradas, passando por 21 cidades, para analisar a qualidade em 23 pontos dos 356 quilômetros do rio. “De certa forma, a qualidade da água do rio piorou. Houve deslocamento das concentrações de metais pesados para o Baixo Paraopeba, na altura de Pompéu, Juatuba e no reservatório de Retiro Baixo. Os rejeitos estão ficando ali. Vimos uma curva inversa de comprometimento”, afirma Malu Ribeiro, coordenadora do projeto.

Segundo ela, alguns pontos, que logo após a tragédia estavam ruins, este ano apareceram como péssimos. E poucos tiveram melhora. Conforme o relatório, em 11 pontos, a presença de rejeitos e contaminantes não permite a presença de vida aquática. Nos 23 analisados, nenhum apresentou qualidade da água boa ou ótima. Estão em desconformidade com a legislação para consumo.

“O ecossistema da bacia foi alterado. Aves, mergulhões, por exemplo, a gente não viu. Em alguns pontos, o oxigênio na água estava em nível adequado à vida aquática, mas a vida não voltou porque os metais pesados estão muito intensos”, diz Malu.

Outro indicador medido foi o número de colônias de bactérias que têm capacidade de decompor matéria orgânica. “Elas foram encontradas em nível bem baixo. Sua presença indica a saúde do rio. O que indica que, mesmo com a volta do oxigênio, a vida não voltou”, explica.

A análise detectou a presença de ferro, manganês e cobre em níveis muito acima dos limites máximos fixados na legislação. Para o cobre, a concentração foi 44 vezes superior; para o manganês, 14 vezes superior. Para o ferro, que não deveria existir num rio de classe 2, como é o Paraopeba, a concentração encontrada chegou a 15 vezes a estabelecida pela legislação.

Obras. A Vale tem feito uma série de obras em Brumadinho para tentar remediar o problema. Foi criada uma estação de tratamento no encontro do Córrego Ferro-

Carvão com o Paraopeba -justamente por onde a lama atingiu o rio - e estão sendo feitas dragagens para a retirada do rejeito do leito.

Um dos pontos avaliados pela SOS foi este local. Segundo Malu, ali a turbidez diminuiu, chegando ao limite legal, mas os níveis de metais pesados, não. Houve leve melhora no indicador total, passando de péssimo, no ano passado, para ruim agora.

Por meio de nota, a Vale disse que, após o desastre, ao longo do ano, analisou 40 mil amostras e afirmou que “os resultados obtidos até o momento não apontam efeitos tóxicos nas amostras” por causa da presença de rejeito.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 24/01/2020

Seção: Colunas

Autor: Alberto Bombig

Título:

Tartaruga. Um ano após o desastre de Brumadinho, nenhum projeto elaborado pela comissão externa da Câmara dos Deputados criada para analisar o caso foi concluído pelo Congresso. Das dez propostas apresentadas pelos parlamentares, cinco foram aprovadas pela Casa, mas ainda estão nas mãos dos senadores.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 24/01/2020

Seção: Cotidiano

Autor: Nicola Pamplona

Título: Um ano depois de Brumadinho, país tem barragens sem plano de emergência

Também há estruturas sem declaração de estabilidade, diz agência reguladora; grupo de investidores pressiona por maior transparência

Rio de Janeiro- Um ano após o desastre de Brumadinho (MG), que deixou 270 mortos após rompimento de barragem em mina da Vale, o Brasil ainda tem 41 barragens de mineração sem declaração de estabilidade e 17 sem planos de emergência nas mãos das autoridades, como prevê lei.

As informações são parte de portal que a ANM (Agência Nacional de Mineração) lança nesta sexta (24) com o objetivo de ampliar a transparência do setor e permitir a fiscalização também por autoridades estaduais e municipais e por moradores.

A ideia é que, no futuro, o sistema possa interagir com a comunidade, enviando alertas sobre situações de emergência, disse à Folha o diretor da agência, Eduardo Leão. O portal compila informações técnicas de 817 barragens de mineração no país.

As 41 barragens sem declaração de estabilidade estão interditadas pela ANM, diz Leão. Alei prevê revisões periódicas nas condições de segurança, dependendo da classificação de risco de cada uma.

Já as 17 que ainda não entregaram os planos de emergência a prefeituras e órgãos de Defesa Civil, como previsto pela legislação, vêm sendo autuadas. A entrega de cópias dos documentos em papel é fundamental para ajudar as autoridades a elaborar planos de evacuação das áreas atingidas em eventuais desastres.

Os planos de emergência devem prever a extensão da mancha de rejeitos após rompimentos, as áreas atingidas e o tempo disponível para fuga.

A ANM diz que já emitiu 20 autuações pela falta de entrega de planos. Na primeira, o empreendedor é multado em R\$ 3.400. Na segunda, a multa dobra. Segundo a lei, na terceira autuação o dono da barragem pode sofrer processo de caducidade do direito minerário.

Uma das dificuldades da fiscalização, porém, são barragens antigas pertencentes a empresas que já faliram — chamadas de barragens-órfãs.

É o caso da Mina Engenho, atinga produtora de ouro em Rio Acima (MG), a 37 km de Belo Horizonte. Inativas há cerca de oito anos, suas duas barragens são consideradas as mais perigosas de Minas Gerais e, segundo o sistema da ANM, nem sequer têm plano de emergência. As declarações de estabilidade também não foram entregues ao órgão regulador.

Sua proprietária, a Mundo Mineração, não tem mais atividades no Brasil. Nesses casos, diz Leão, ainda há lacunas na legislação sobre as responsabilidades pela descaracterização das barragens.

Entre as 32 estruturas de maior risco do país — que têm risco e dano potencial alto — 3 não têm plano de emergência (as duas da Mundo e uma da Emicon Mineração, na Bahia) ; 8 estão elaborando os documentos. Nessa última lista, há 5 estruturas da Vale.

A Folha não conseguiu contato com a Emicon.

A Vale diz que teve que rever os planos após determinação de autoridades para rever cenários de rupturas e a criação de novas exigências no estado de Minas.

Em nota, a companhia informou que o processo de elaboração dos planos está dentro do prazo.

O sistema elaborado pela ANM custou cerca de R\$ 700 mil. Tem informações detalhadas sobre as características técnicas, localização e danos potenciais em caso de acidentes. Leão diz que a agência vai começar a inserir também informações sobre as vistorias nas estruturas.

A pressão por maior transparência e reforço na segurança na mineração entrou também no radar de grandes investidores internacionais: nesta sexta, um grupo de gestores de recursos lança a primeira versão de seu próprio portal com dados sobre a operação de barragens.

Liderado pela Church of England, o fundo de aposentadoria dos párocos britânicos, a Iniciativa por Segurança em Mineração e Barragens abrange cerca de 110 instituições, que gerenciam mais de US\$ 14 trilhões (R\$58,4 trilhões, pela cotação atual) em ativos.

Após Brumadinho, o grupo decidiu cobrar das mineradoras globais detalhes sobre suas barragens, para “identificar as companhias cujas barragens de rejeitos representam elevado risco para as comunidades ou que têm problemas a serem resolvidos”.

A Church of England se desfez de suas ações da Vale após Brumadinho e começou a rever investimentos em outras empresas do setor. Em nota enviada à Folha, diz que a tendência é de que os investidores cobrem cada vez mais transparência e segurança.

“Esse é um risco importante que precisamos ter confiança de que está sendo bem gerido pelas empresas”, disse.

VEÍCULO: O Globo

Data: 24/01/2020

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Abertura dos ‘postos’

Em junho, o Conselho Nacional de Política Energética mandou estudar o modelo tipicamente brasileiro em que todo combustível tem de passar por uma distribuidora antes de chegar ao consumidor, e a venda de botijões de gás é cheia de regras restritivas.

Nada aconteceu até agora—embora Bolsonaro ultimamente tenha feito declarações a favor da venda direta de combustíveis, e em flexibilizar a venda do botijão.

VEÍCULO: O Globo

Data: 24/01/2020

Seção: O País

Autor: Cleide Carvalho

Título: Paraopeba está mais poluído um ano após tragédia

Em nove pontos, qualidade da água do rio que corta Brumadinho está pior hoje do que após o rompimento da barragem, segundo a SOS Mata Atlântica; chuvas recentes arrastaram metais pesados para locais distantes do desmoronamento

Atingido por rejeitos da barragem da mina Córrego do Feijão, em Brumadinho, o rio Paraopeba está hoje pior do que estava logo após o desmoronamento que deixou 259 mortos e mais 11 desaparecidos. A conclusão é da Fundação SOS Mata Atlântica, que monitora o rio e fez sua última expedição entre os dias 8 e 17 de janeiro.

A análise foi feita em 21 pontos situados ao longo de 356 quilômetros do leito do Paraopeba, entre Brumadinho e Felixlândia. Segundo Malu Ribeiro, coordenadora na SOS Mata Atlântica, o rio continua impróprio e sem condição de vida. Em função das chuvas volumosas na região, metais pesados foram levados a pontos mais distantes do local do desmoronamento. A tragédia completa um ano no próximo sábado, dia 25.

— A situação do rio piorou. Com as chuvas, os rejeitos finos e solúveis alcançaram áreas mais distantes de Brumadinho —diz Malu.

Em nove dos 21 pontos monitorados pela expedição, a qualidade da água passou de ruim para péssima. Em cinco pontos a situação ficou inalterada, e em seis a condição passou de péssima para ruim.

O rio serve como contenção para os rejeitos da barragem da Vale, impedindo que atinjam a represa da usina de Três Marias, no Alto São Francisco. Toda sua extensão está cercada pela Vale para impedir qualquer atividade. Entre os locais que pioraram estão o trecho do rio na área urbana do município de Juatuba e na altura do Condomínio Recanto das Águas, na cidade de Pompéu.

Em Brumadinho, onde ficava a mina, a Vale construiu uma estação de tratamento da água que chega ao Paraopeba, mas Malu avalia que o resultado ainda é muito pequeno. A presença de poluentes e metais pesados, segundo a coleta de água

feita durante a expedição, segue a níveis muito acima dos permitidos pela legislação. O nível do ferro, por exemplo, está 15 vezes superior ao tolerável por lei. O de cobre, 44 vezes. O de sulfeto corresponde a 211 vezes.

Esta semana o Ministério Público de Minas Gerais denunciou por homicídio duplamente qualificado e crime ambiental 16 pessoas pelo rompimento da barragem. Entre os denunciados estão o ex-presidente da Vale Fabio Schvartsman, 11 funcionários da mineradora e cinco da consultoria Tüv Süd, que atestou a estabilidade da estrutura. As duas empresas também foram denunciadas. Os crimes ambientais apontados pelo MP foram contra a fauna e a flora e ainda de poluição.

VEÍCULO: O Globo

Data: 24/01/2020

Seção: Economia

Autor:

Título: Opinião do Globo: Velha política

FORÇAS NEM um pouco ocultas continuam a conspirar contra a privatização da Eletrobras. Entre elas, destacam-se as bancadas do Nordeste e de Minas no Congresso, especializadas em usar estatais do setor elétrico em benefício próprio. Em vários sentidos.

O PROJETO de venda do controle da empresa não andou no governo Temer, aconteceu o mesmo no primeiro ano de Bolsonaro, e o Ministério da Economia deve tirar do Orçamento a receita estimada da operação para 2020.

A VELHA política continua a vencer.

MME / ASCOM .